



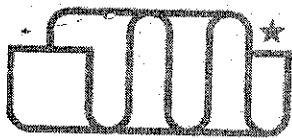
Assembleia Legislativa

Ao Deputado FABIO NOVO

para relatar.

Em 15/10/24

[Assinatura]
Presidente da Comissão de Administração
Pública



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICA SOCIAL

PARECER nº

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 169, de 21 de agosto de 2024, que:

**DECLARA O FESTEJO DE NOSSA SENHORA DA
VITÓRIA, PADROEIRA DA CIDADE DE OEIRAS,
COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA
IMATERIAL DO ESTADO DO PIAUÍ.**

AUTOR: DEP. VANESSA TAPETY

RELATOR: DEP. GUSTAVO NEIVA

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria da Deputada Vanessa Tapety que visa declarar o Festejo de Nossa Senhora da Vitória, padroeira da cidade de Oeiras, como patrimônio cultural de natureza imaterial do estado do Piauí.

O Projeto de Lei propõe instituir o Festejo de Nossa Senhora da Vitória como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Piauí e incluir o evento no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Piauí. O festejo é realizado anualmente entre os dias 05 e 15 de agosto na cidade de Oeiras, que é a primeira capital do estado.

Vale ressaltar que o referido Projeto de Lei tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça desta augusta Casa, obtendo parecer favorável quanto a sua constitucionalidade, chegando a esta Comissão para exame e parecer.

Examinando a questão passo a opinar.

**ALEPI**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

II – VOTO DO RELATOR

Para tanto, apresento, de acordo com os artigos 155, parágrafo único e 156 do regimento interno desta casa, parecer onde examino o projeto de lei que ora encontra-se sob análise.

Preliminarmente, registra-se que após análise na Comissão de Constituição e Justiça, não se observou de qualquer situação de inconstitucionalidade formal ou material a combater, estando a proposição sob exame perfeitamente conformada as limitações formais e matérias, igualmente, anota-se que a técnica legislativa não demanda reparos.

Ao ser reconhecido como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Piauí, o festejo passa a contar com a proteção institucional necessária para garantir sua continuidade e preservação para as futuras gerações, além de valorizar a cultura piauiense como um todo.

A inclusão do evento no Calendário Oficial de Eventos do Estado também traz benefícios importantes, como o apoio institucional à sua realização e a promoção do turismo religioso, o que impulsiona a economia da região.

Depois de analisada, verifica-se, portanto, que tal norma proposta pela Nobre Parlamentar, **no mérito, atende aos critérios de conveniência e oportunidade**, motivo pela qual entendendo que não há impedimento quanto a sua legalidade, juridicidade, regimental e técnica legislativa.

Desse modo, manifesto-me favoravelmente pela aprovação do referido projeto.

III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento (X)

Pela rejeição ()

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 17 de dezembro de 2024.**

Gustavo Neiva
Deputado Gustavo Neiva

Relator

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.al.pi.leg.br

